

**Tietê Integra Soluções em Energia
Ltda.**



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International*



Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	9
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita.....	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa e equivalentes de caixa	13
9	Aplicações financeiras	14
10	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	14
11	Contas a receber de clientes	14
12	Imobilizado	15
13	Fornecedores.....	17
14	Outros passivos	17
15	Provisões para litígios.....	17
16	Partes relacionadas	17
17	Imposto de renda e contribuição social	18
18	Patrimônio líquido.....	19
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	20

Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	116.441	95.393
Custo com energia elétrica	6	(102.446)	(89.726)
Custo com operação	6	(384)	(4.382)
Lucro bruto		13.611	1.285
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	6	(934)	(280)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	36	(84)
		(898)	(364)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		12.713	921
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		838	517
Despesas financeiras		(220)	(221)
		618	296
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.331	1.217
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(3.123)	(239)
Diferidos	17	(1.396)	(198)
Lucro líquido do exercício		8.812	780

Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	8.812	780
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.812	780

Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.331	1.217
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		(3)	-
Depreciação e amortização	6	379	383
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	17	17
		<u>13.724</u>	<u>1.617</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(5.036)	(8.165)
Tributos a recuperar		(63)	1.196
Demais créditos e outros ativos		325	1.175
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(4.740)	82
Tributos a recolher		(275)	211
Partes relacionadas		(22)	2.482
Demais obrigações e outros passivos		723	(79)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>4.636</u>	<u>(1.481)</u>
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(2.350)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>2.286</u>	<u>(1.481)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.216)	-
Novos contratos - Direito de Uso		-	(7)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(1.216)</u>	<u>(7)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1.079
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>1.079</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.070</u>	<u>(409)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>4.607</u>	<u>5.016</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>5.677</u>	<u>4.607</u>

Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.677	4.607
Aplicações financeiras	9	1.219	-
Contas a receber de clientes	11	21.983	16.947
Tributos a recuperar		197	227
Outros ativos		3.618	3.943
		<u>32.694</u>	<u>25.724</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		1.751	1.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.809	3.205
		<u>3.560</u>	<u>4.863</u>
Imobilizado	12	4.456	4.821
Intangível		-	7
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		144	151
		<u>4.600</u>	<u>4.979</u>
Total do ativo		<u>40.854</u>	<u>35.566</u>
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	13.104	17.844
Tributos a recolher		2.477	1.979
Partes relacionadas	16	2	4
Outros passivos	14	616	142
		<u>16.199</u>	<u>19.969</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	16	154	157
Provisões para litígios	15	17	-
Outros passivos	14	3.500	3.268
		<u>3.671</u>	<u>3.425</u>
Total do passivo		<u>19.870</u>	<u>23.394</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		16.100	16.100
Reservas de lucros		4.884	-
Prejuízos acumulados		-	(3.928)
Total do patrimônio líquido		<u>20.984</u>	<u>12.172</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>40.854</u>	<u>35.566</u>

Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Patrimônio Líquido
			Retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	
Em 1º de janeiro de 2024	15.300	(279)	-	(4.708)	10.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	780	780
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	780	780
Demais mutações patrimoniais do exercício					
Aumento de capital	800	-	-	-	800
Integralização de capital	-	279	-	-	279
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	800	279	-	-	1.079
Em 31 de dezembro de 2024	16.100	-	-	(3.928)	12.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.812	8.812
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	8.812	8.812
Destinação do resultado do exercício					
Retenção de lucros	-	-	4.884	(4.884)	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	4.884	(4.884)	-
Em 31 de dezembro de 2025	16.100	-	4.884	-	20.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. (“Empresa”), de capital fechado, foi constituída em 09 de setembro de 2016, situada da Cidade de Bauru, Estado de São Paulo. O objeto social da empresa é a comercialização varejista de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação.

A Companhia é controlada diretamente pela Auren Operações S.A. (“Auren Operações”), e indiretamente pela Auren Energia S.A.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladoras analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
11	Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa
12	Imobilizado

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	2025	2024
Receita bruta		
Venda de energia		
Contratos <i>Wholesale</i>	144.310	123.582
Energia de curto prazo – CCEE	902	462
	<u>145.212</u>	<u>124.044</u>
Outras receitas		
Outras receitas	-	27
	<u>145.212</u>	<u>124.071</u>
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(10.905)	(9.723)
ICMS sobre receitas operacionais	(17.866)	(18.954)
ISS sobre receitas operacionais	-	(1)
	<u>(28.771)</u>	<u>(28.678)</u>
Receita líquida	<u>116.441</u>	<u>95.393</u>

6 Custos e despesas

				2025	2024	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(101.868)	-	-	-	(101.868)	(82.209)
Encargos de uso da rede elétrica	(578)	-	-	-	(578)	(7.517)
Depreciação e amortização	-	(372)	(7)	-	(379)	(383)
Pessoal	-	-	(652)	-	(652)	(940)
Pessoal	-	-	(652)	-	(652)	(940)
Serviços	-	(1)	(178)	-	(179)	(3.139)
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	-	-	(3)
Serviços de terceiros	-	(1)	(178)	-	(179)	(3.136)
Outros	-	(11)	(97)	-	(108)	(200)
Seguros	-	(11)	-	-	(11)	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(87)	-	(87)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(10)	-	(10)	(200)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	36	36	(84)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	36	36	(84)
	<u>(102.446)</u>	<u>(384)</u>	<u>(934)</u>	<u>36</u>	<u>(103.728)</u>	<u>(94.472)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e aplicações financeiras		758	442
Juros sobre ativos financeiros		120	79
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(44)	(25)
Outras receitas financeiras		4	21
		<u>838</u>	<u>517</u>
Despesas financeiras			
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(5)	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(17)	(17)
Outras despesas financeiras		(198)	(204)
		<u>(220)</u>	<u>(221)</u>
		<u>618</u>	<u>296</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa**Política contábil**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 96,37% do CDI (90,0% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	70	1.279
	<u>70</u>	<u>1.279</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	5.574	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas	33	3.328
	<u>5.607</u>	<u>3.328</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5.677</u>	<u>4.607</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 96,37% do CDI.

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	354	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	865	-
	1.219	-

10 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	<i>Rating local</i>	
	2025	2024
AAA	6.896	4.607
	6.896	4.607

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Contratos <i>Wholesale</i>	22.446	17.560
	22.446	17.560
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(463)	(613)
	21.983	16.947

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	12.541	11.025
Vencidos até 3 meses	4.698	5.728
Vencidos de 3 a 6 meses	2.005	339
Vencidos acima de 6 meses	3.202	468
	22.446	17.560

12 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	2025	2024
Saldo no início do exercício			
Custo	6.398	6.398	6.398
Depreciação acumulada	(1.577)	(1.577)	(1.201)
Saldo líquido no início do exercício	4.821	4.821	5.197
Depreciação	(365)	(365)	(376)
Saldo no final do exercício	4.456	4.456	4.821
Custo	6.398	6.398	6.398
Depreciação acumulada	(1.942)	(1.942)	(1.577)
Saldo líquido no final do exercício	4.456	4.456	4.821
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00		

13 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	113	654
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 16)	12.991	17.190
	13.104	17.844

14 Outros passivos

	2025	2024
Outros	616	142
Adiantamento a clientes (i)	3.500	3.268
	4.116	3.410
Circulante	616	142
Não Circulante	3.500	3.268
	4.116	3.410

- (i) Trata-se de garantias financeiras com o propósito de assegurar o fiel cumprimento das obrigações previstas em contrato com clientes

15 Provisões para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 17.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista com prognóstico de perda possível, nos montantes atualizados de R\$ 66 e R\$ 39, respectivamente.

16 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Passivo		Compras	
	2025	2024	2025	2024
Repasso de custos				
Auren Operações S.A.	2	4	2	-
	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
Títulos a Pagar – Subarrendamento				
Auren Operações S.A.	154	157	-	-
	<u>154</u>	<u>157</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores – compras de energia pra revenda				
Auren Operações S.A.	12.991	17.190	95.904	90.124
	<u>12.991</u>	<u>17.190</u>	<u>95.904</u>	<u>90.124</u>
	<u>13.145</u>	<u>17.347</u>	<u>95.904</u>	<u>90.124</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 4.519 (R\$ 437 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora	
	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.331	1.217
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(4.533)	(414)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	24	24
Outras adições permanentes, líquidas	(10)	(47)
IRPJ e CSLL apurados	<u>(4.519)</u>	<u>(437)</u>
Correntes	(3.123)	(239)
Diferidos	(1.396)	(198)
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(4.519)</u>	<u>(437)</u>

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando existe expectativa de realização futura. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é composto, em sua maior parte, por prejuízos fiscais e bases negativas, totalizando R\$ 1.809, calculados com base nas alíquotas vigentes.

18 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 16.100, composto por 16.100 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	8.812	780
Absorção de prejuízos acumulados	(3.928)	(780)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuições)	4.884	-
(-) Retenção de lucros	(4.884)	-
	-	-

A destinação dos lucros de cada exercício social será deliberada pela sócia majoritária, observadas as participações individuais das sócias no capital social. Não haverá direito ao recebimento de lucros ou dividendos por qualquer sócia antes da referida deliberação.

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco**19.1 Instrumentos financeiros por categoria****(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 11)		21.983	16.947
		<u>21.983</u>	<u>16.947</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	5.607	3.328
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	1.219	-
		<u>6.826</u>	<u>3.328</u>
		<u>28.809</u>	<u>20.275</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores (Nota 13)		13.104	17.844
Partes relacionadas (Nota 16)		156	161
		<u>13.260</u>	<u>18.005</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	13.104	-	13.104
Partes relacionadas	2	154	156
	13.106	154	13.260
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	17.844	-	17.844
Partes relacionadas	4	157	161
	17.848	157	18.005

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações financeiras é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.826	-72,92 bps*	(50)	(254)	(509)	254	509

* bps - basis point